

Revista Cordis
História e Linguagens

Apresentação

*Bruno Cuer¹

Às interlocutoras e aos interlocutores desta edição,

Os artigos de *História e Linguagens* da Revista *Cordis*, n. 23 do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), alinhavam uma seleção de trabalhos tomados pelo viés interdisciplinar no campo das ciências humanas, de modo a exercer possíveis convergências – e por que também não, divergências? – entre debates correntes nas produções contemporâneas, cujas próprias fronteiras epistemológicas são borradas. Assim que a modernidade, seus conflitos e tensões, são um tema caro a esta edição, seja na literatura, no cinema, nos padrões estéticos ou, no limite, nos próprios padrões de civilidade que assinam a virada do século XIX para o século XX em páginas de almanaques, crônicas e padrões de beleza.

O elemento urbano, imagem clássica evocada pela gestação da grande cidade, pelo anonimato e a impessoalidade das multidões, ganham lume frente à iluminação pública do Oitocentos e às novas perspectivas histórico-sociais que engendradas por esse processo. Afinal, em que sentido os aspectos diacrônicos desse “moderno” produzem novos contextos sociais? Essa pergunta ampla é que estrutura a nova edição da Revista *Cordis*.

No primeiro artigo, “Cidade e história nas lentes do cinema”, Marcelo Florio trabalha o filme “A montanha dos sete abutres” (1951) de Billy Wilder, em que debate a “construção da ruína” tanto pela indústria jornalística quanto pelo indivíduo, e aqui nosso primeiro ponto de tensão com a modernidade, ou seja, a relação entre o sujeito individualizado – e individualista, frente aos interesses coletivos que diriam respeito à sociedade, mas, que sucumbem frente aos interesses privatistas da indústria midiática, específicos de um “campo

¹ Sociólogo, doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo – Unifesp. Colaborador da Revista *Cordis* e professor pela Universidade Guarulhos – UnG. (brunomarko@gmail.com)

relativamente autônomo” da vida social, com agentes em disputa nos termos e no sentido de Bourdieu, que Florio recoloca a partir do cinema e da imagem.

No segundo artigo, trabalho “Uma leitura iconográfica dos aspectos socioculturais da Rua do Triumpho por meio da linguagem cinematográfica” de Edinei Pereira da Silva, nos trás uma leitura iconográfica da cidade de São Paulo, com recorte específico do Bairro da Luz, a partir do documentário “Uma Rua chamada Triumpho (1969-70)” de Ozualdo Candeias. O pesquisador toma metodologicamente o cinema como documento a partir das representações sociais.

No terceiro artigo, “A literatura *pulp fiction* de Patrícia Galvão” – a dita literatura *pulp fiction*, considerada como gênero menor, forma de entretenimento popular no século XX nos EUA, é retomada por Francisco Carlos Ribeiro e Olga Brites que abordam a penetração desta linguagem na literatura policial brasileira tomando as especificidades da antropofagia cultural na obra de Patrícia Galvão (Pagu), em seus contos publicados na revista *Detective*, sob o pseudônimo de King Shelter nos anos 40. A crônica surge aqui como expressão estética na linguagem literária dentro da dinâmica e particularidade da estética modernista.

No quarto artigo: “A crônica e a cidade moderna: temporalidades do efêmero”, Leonardo da Silva Claudiano retoma por “uma conversa casual” – para usarmos os termos do próprio autor – as vozes da multidão que ecoam pela cidade mais rápida, mais fugaz e que emerge justamente no século XIX, contada por seus cronistas. O artigo aborda a construção de um cotidiano produzido por novos elementos da modernidade citadina, que entrecruza, por essa perspectiva os eixos: literatura, história e cidade, da crônica como experiência urbana.

No quinto artigo, saímos da crônica para as páginas do almanaque em “Almanaques de Rio Claro: cidade letrada, cidade do progresso (1873, 1895 e 1906)”. Neste trabalho, Arrovani Luiz Fonseca aborda justamente essa experiência do moderno pela perspectiva de mobilidade social – contraposta à sociedade tradicional, e que toma o “Almanaque” como projeto de poder civilizatório, simbolizando a prosperidade da pujante cafeicultura – e aqui ainda na virada do século XX, pela “concepção de cidade letrada” de Angel Rama – e aqui as profissões liberais, a ascensão do intelectual público nascem como projeto de

civilização a partir do ideário de progresso da “palavra escrita” em contrapartida às ambivalências da cidade Rio Claro.

No sexto artigo, os padrões estéticos de elemento modernos são trabalhados no texto: “Entre fotografias, anúncios e cartões postais: os discursos médicos produzindo imagens de beleza e saúde na *Belle Époque* paulistana”, de Marcia Barros Valdivia que problematiza os discursos médicos e as práticas eugênicas e higiênicas na construção de determinados padrões estéticos que, gestados ainda no século XIX, remanescem entre os séculos XX e XXI, bem como a circulação de um determinado padrão de beleza acompanhando mudanças éticas e estéticas que são difundidas acompanhando transformações econômicas no contexto da Europa central e das novidades tecnológicas trazidas pelo discurso hegemônico da modernidade, aliás, ponto de crítica da autora.

No sétimo artigo “O eterno retorno: as comissões de frente das escolas de samba do Rio e Janeiro no descompasso da modernidade (2000-2018)”, Elizeu de Miranda Corrêa perscruta os efeitos da modernidade no cotidiano em termos de “segregação institucional” a partir de fontes historiográficas, com as quais o pesquisador apresenta as mudanças decorrentes da introdução de novas tecnologias e, no limite, novos padrões estéticos às comissões de frente das escolas de samba do Rio de Janeiro sob uma influência direta dos padrões de gosto determinados pelo mercado e consumo na perspectiva de Anthony Giddens. O autor articula o eixo ético-estético no contexto mais recente e tensiona a modernidade de modo crítico aos limites do poder econômico.

Naturalmente que o consumo é tema estrutural da modernidade. Se a expansão econômica acelerou processos e o tempo da vida nas metrópoles, ele criou mercados, especializou setores e profissionais e autonomizou o campo econômico em relação ao próprio Estado. A escolha dos dois últimos trabalhos são os aqui chamados “trabalhos divergentes”. Tratam-se de produções que focam aspectos mais resultantes dessas transformações de caráter morfológico das dinâmicas sociais.

No oitavo artigo: “Patrimônio Cultural Imaterial. A importância social do patrimônio Imaterial conforme sua trajetória” de Maria Luíza Belo Camargo e Veruschka de Sales Azevedo, vemos a relação entre mercado de consumo e

padronização, aqui colocados pelo turismo, e a partir das tensões presentes no que tange o patrimônio cultural imaterial e sua regulamentação. Oposição clara entre passado e presente que permeiam uma construção de moderno que funciona como se esquecesse seu passado, ao menos em relação às políticas de patrimônio.

Finalmente, o nono artigo é mais específico de um contexto propriamente mediado pelo consumo, o trabalho “Comunicação para a transformação: empreendedorismo e inovação social no projeto pedagógico no curso de publicidade e propaganda” de Marina Jugue Chinem aborda questões ligadas à comunicação em termos de mercado e circulação monetária, isto é, de um ponto de vista técnico, a partir da publicidade e da comunicação participativa, e nos revela o processo de criação do gosto pelo mercado de consumo

Boa leitura!